



José Gabriel Ávila\*

# Notícia importante

1. Quem assume o compromisso de semanalmente publicar uma crónica sobre o quotidiano insular corre o risco de sobrevalorizar aspetos negativos que qualquer sociedade, por mais perfeita e desenvolvida que seja, sempre apresenta.

As análises que faço têm por base a minha formação humanista e a conceção de sociedade preconizada pela Doutrina Social da Igreja, que assume o primado da Pessoa humana, objeto de direitos e deveres como pressuposto da justiça, do desenvolvimento, da paz e da convivência entre todos os povos, sobretudo dos mais oprimidos.

Isso obriga-me a chamar a atenção da opinião pública e dos decisores políticos para o dever de não descuidarem as suas responsabilidades, contribuindo para o bem-comum, envolvendo os cidadãos num projeto coletivo que transforme o viver em sociedade.

Corro o risco de ser negativista, má-língua e de ter dificuldade em salientar os aspetos positivos das decisões tomadas pelos decisores públicos? É verdade. Mas sem a crítica construtiva, sem as chamadas de atenção para os erros cometidos pelas instituições sociais e políticas, a sociedade corria o risco de calar as liberdades, o direito às opiniões, e o poder democrático tornar-se-ia autocrático, com os vícios e atropelos a que a humanidade assiste, impotente.

A crítica construtiva é, cada vez mais, um direito e um dever de cidadania. Quem não o exerce, seja por interesses obscuros, seja por desinteresse ou incúria, está a impedir a sociedade de prosseguir o projeto coletivo a que todos somos chamados a integrar e construir.

Face a estes pressupostos, é minha obrigação de cidadão, continuar a denunciar o que está menos bem e a exigir dos poderes legitimamente constituídos que decidam o melhor que sabem e podem, para TODOS termos uma vida digna.

2. Há uma notícia, de certo modo importante, que só vi publicada no semanário picoense O DEVER. Respeita à abertura do concurso público para a instalação de equipamentos de aquecimento ventilação e ar condicionado na aerogare do Aeroporto do Pico.

O custo dos trabalhos ronda um milhão de euros e o prazo de execução estima-se em 300 dias.

Aplaudo a decisão, ciente das dificuldades por que passam os passageiros em dias de verão. Denunciei a situação pelo menos 3 vezes. Primeiro, há mais de uma dúzia de anos, no livro de reclamações e frisando sempre o calor insuportável no interior da Aerogare. Os trabalhadores do check-in e os próprios passageiros em trânsito não conseguiam (nem conseguem) suportar as elevadas temperaturas – 3 graus acima da temperatura exterior. – pelo que se registaram protestos e desmaios.

Dessa primeira reclamação a SATA respondeu-me endossando ao Governo Regional a responsabilidade por não atribuir verbas para o efeito. Mesmo sabendo-se que a nova aerogare fora já construída com equipamento adequado para o efeito.

Em agosto de 2011, voltei à carga. Já então fora instalado um equipamento da AC, mas só num gabinete. O restante espaço ficou como dantes.

Quatro anos depois, em 2015, insisti no mesmo assunto, nestes termos:

“Aos poucos, os passageiros entravam na aerogare que mais parecia uma sauna, pois nem com as portas escancaradas o ar circulava. (...) Os utentes não reclamam, nem protestam e, se o fazem, os trabalhadores descartam responsabilidades e até contam estórias de pessoas que desmaiaram e tiveram de ir para a rua tomar ar fresco.

Se fosse noutras ilhas, já tudo se tinha resolvido, tenho a certeza. Aqui, neste Pico altaneiro, onde cada vez mais gente sobe a Montanha, as pessoas não calam, mas consentem, ordeiras, rematando a conversa: O que é que se há-de fazer?”

Decorrida mais de uma década, acredito que o problema ficará solucionado. Não já este ano, mas – e se tudo correr como o esperado –, em 2024, devido aos prazos legais dos concursos e aos 300 dias propostos para a execução da obra.

3. Daqui se infere que, se a opinião pública, os meios de comunicação social locais e regionais e até as redes sociais tivessem, continuamente, pressionado os poderes públicos, governantes e políticos em geral, mais cedo as autoridades teriam encontrado solução para uma questão que afeta os picoenses e quantos por ali passam nos calores do Verão.

Para que servem as liberdades cívicas e os direitos individuais e sociais, se não para levar às instâncias dirigentes os legítimos anseios das populações e delas obter respostas adequadas?

O mesmo se pode dizer dos cuidados de saúde na ilha do Pico.

Enquanto os picoenses e os seus representantes eleitos não se unirem para reivindicar alterações ao desadequado, injusto e ineficaz sistema de prestação dos cuidados de saúde, a situação vai piorar.

Veja-se o que sucede com a interrupção do serviço de diálise e a indiferença da tutela face à situação dos doentes hemodialisados que se deslocam à Horta.

O número de habitantes do Pico e o seu índice de envelhecimento obrigam à prestação de melhores cuidados de saúde diferenciados, na sua própria ilha.

Chega de andar no mar, a saltar de barco em barco com destino ao Hospital, para realizar um exame de diagnóstico, uma consulta de especialidade, um parto normal, etc, etc.

Não se admite que se transforme os três centros de saúde em postos de primeiros socorros ou suportes imediatos de vida, muito menos em enfermarias de retaguarda e ante-câmaras da morte.

O problema não é de hoje, é de há muito, mas agrava-se todos os dias, porque não há reformas no SRS, que integrem na USIP clínicos especializados, profissionais e equipamentos adequados, ao menos nas patologias mais frequentes.

Esta é uma batalha que assumi, depois de ter visto, ouvido, lido e sentido como morre à míngua tanta gente simples e crédula, desrespeitada nos direitos fundamentais à vida e à saúde. Custa-me ouvir, frequentemente, “seja feita a vontade de Deus!”, quando Ele nada tem a ver com a incúria e incompetência humana.

\*Jornalista c.p.239 A

<http://escretemdia.blogspot.com>

